
A SOBREVIDA

DA MARCHA

PARA O OESTE

ANDRÉIA APARECIDA SILVA DE PÁDUA

Resumo: o texto trata da ocupação do território de Goiás em diversas fases históricas. Aborda a mineração no século XVIII, os primeiros ocupantes e os fatos que contribuíram para a ocupação demográfica do espaço goiano. Em segundo lugar, faz uma revisita ao grande movimento de imigração conhecido como a Marcha para o Oeste. No contexto, aconteceram a construção de Goiânia e a colonização agrícola nacional no meio-norte do estado. Entretanto, com a construção de Brasília, o surto imigratório tornou-se ainda mais forte do que a chamada Marcha para o Oeste, ocorrida na metade do século passado. O Entorno do Distrito Federal e a Região Metropolitana de Goiânia tornaram-se pontos de atração para imigrantes de todo o país, caracterizando uma sobrevida da antiga Marcha para o Oeste.

Palavras-chave: imigração, marcha para o oeste, urbanização

Os estudos sobre a ocupação demográfica do território goiano normalmente dão importância à imigração acarretada pela construção de Goiânia, assim como o processo de colonização agrícola nacional no meio-norte do Estado. Tais fenômenos ficaram conhecidos, na

historiografia de Goiás, como a Marcha para o Oeste. No entanto, com a construção de Brasília, a criação do Entorno do Distrito Federal e a metropolização de Goiânia, a imigração para o território continuou e ainda persiste de forma relevante. Assim, é como se o processo da Marcha para o Oeste continuasse cada vez mais forte. Por essa razão, o texto aborda a sobrevida da Marcha para o Oeste, tratando da ocupação demográfica do território em diversos momentos históricos, desde o início no século XVIII, até os dias atuais.

PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA DE GOIÁS

O início da ocupação demográfica de Goiás se deu em função da mineração do ouro no século XVIII. Antes disso, havia somente indígenas no território. Tudo se deu quando alguns mineradores, Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Filho, Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado pediram às autoridades para organizar uma bandeira ao sertão dos Goiazes. Em troca, solicitaram ao rei futuras vantagens, caso encontrassem minas de ouro no território. O rei de Portugal concordou e delegou ao governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, a assinatura de um contrato. Depois de assinado o documento, partiram com um carregamento de 30 cavalos, 2 religiosos, armas, índios, negros e mulatos. Tiveram êxito na empreitada e retornaram triunfantes a São Paulo.

A atividade mineradora, durante os primeiros anos, foi bastante árdua. Os descobridores abriram caminhos e estradas, vasculharam rios e montanhas, desviaram correntes de água e desmataram diversas regiões. Rechaçaram índios, exploraram e povoaram o imenso território goiano.

A primeira referência à população de Goiás data de 1736. De acordo com a pesquisa histórica de Palacin e Novaes (1994), os escravos chegaram a 10.265 na época. Deles, 3.682 figuravam no título de “adventícios” – escravos chegados durante aquele ano e que pagavam pelo seu rendimento em duros meses de trabalho. A distribuição dos escravos se deu da seguinte maneira: os 6.583 restantes estavam nas minas de Santana, nas minas do Sul, 4.021; em Crixás, 1.366, no Tocantins, 1.196 indivíduos.

No segundo surto de ocupação demográfica, vieram outros migrantes para Goiás, principalmente do nordeste brasileiro e de Minas Gerais. Os vaqueiros nordestinos adentravam pelo baixo São Francisco e pela Serra Geral, que dividia o território goiano com a Bahia. Os mineiros atravessavam o rio Grande e o rio Paranaíba e ingressavam na parte meridional.

O povoamento do território de Goiás, devido a sua grande extensão territorial, deu-se de forma vagarosa e diversificada. Antes, como foi dito anteriormente, era habitado somente pelos silvícolas, quando os limites da capitania foram demarcados pelos grandes rios. Ao norte, as bacias de Tocantins/Araguaia e, ao Sul, as bacias do Paranaíba/Grande constituíram divisas “naturais” e serviram também como ponto de atração para populações ribeirinhas.

Goiás, então, tornou-se ponto de encontro de comunidades fronteiriças, principalmente da Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Minas Gerais. Com isso, formaram-se duas Comarcas: a Comarca do Sul, com os julgados de Vila Boa, Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar, Crixás e Desemboque, e a Comarca do Norte, com os julgados da Vila de São João da Palma, Conceição, Natividade, Porto Imperial, São Félix, Cavalcante e Traíras.

No início do século XIX, vieram imigrantes, não mais para assentamento na antiga zona de mineração, e, sim, para exploração agropecuária. Segundo Bertran (1978), o número de habitantes decresceu em 20% com a decadência do ouro. Mas, em 1830, o contingente demográfico aumentara, não só em função do crescimento vegetativo, mas, também, devido a correntes imigratórias de regiões mais próximas. Em 1824, por exemplo, Goiás contava com 62.518 habitantes, e em 1890, atingia 227.572 habitantes.

Outro fator que favoreceu, no século XIX, a imigração para Goiás foi a estrada de ferro. Em 1913, os trilhos ingressaram no território goiano, avançando 233 quilômetros, partindo de Araguari-MG até Roncador-GO, em 1922. A ferrovia acarretou modificações na área sul da região, principalmente em termos de produção agrícola, proporcionando negociação direta com os mercados consumidores. Houve valorização fundiária, aumento do contingente demográfico e melhoria na urbanização em toda área da ferrovia. Mais tarde, a estrada de ferro teve um prolongamento para Anápolis (1935), completando 387 quilômetros de

extensão e, ainda, inaugurou-se, em 1950, um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia.

Com o ingresso dos trilhos da estrada de ferro em Goiás, no início do século XX, inaugurou-se uma nova etapa de ocupação demográfica na região sudeste. Além da ferrovia, a construção de Goiânia e o fenômeno da colonização na região central, constituem o grande movimento de imigração demográfica conhecido como a Marcha para o Oeste.

A PRIMEIRA MARCHA PARA O OESTE

O que este texto considera como primeira Marcha para o Oeste são dois fenômenos interligados política e economicamente. Em termos políticos, novos rumos foram traçados com a Revolução de 1930. A mudança política se deu em níveis nacional e regional.

No Brasil, o lema desenvolvimentista impregnava os discursos oficiais. Em Goiás, o fenômeno se concretizou na construção de uma nova capital e em função da maior produção agrícola do Estado, principalmente fruto da colonização empreendida pelo governo Federal no território goiano.

Assim, a passagem dos anos 1930 representou um marco para Goiás, embora não tenha provocado mudanças imediatas na ordem sócio-econômica regional. A população continuou ruralizada em todo o Estado. As estruturas – vida social e material, refletida na organização produtiva, nas relações de trabalho, na arrecadação tributária e nas despesas administrativas do governo – persistiram quase que idênticas ao passado.

Em termos políticos, a Revolução de 1930 apontou para significativas modificações. Havia uma preocupação por parte do governo federal com os espaços vazios do território nacional, e a contrastante densidade populacional do país tomou maior importância durante a II Guerra Mundial, passando a fazer parte de projetos governamentais. Em decorrência, a “Marcha para o Oeste” – lema inaugurado em 1930 – tratava da concreta ocupação do Planalto Central, buscando ocupar áreas vazias do território e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando a abertura de escoadouros para a produção nacional.

A Revolução de 1930 também ficou caracterizada como um movimento para conter a luta de classes, em face de um proletariado maduro o suficiente para conduzir transformações que ia

muito além das propostas dos grupos oligárquicos, da burguesia emergente e da classe média. Essa Revolução assumiu um caráter antioligárquico e antiimperialista – contra o domínio dos grandes proprietários de terras, sendo as classes médias as principais condutoras da Revolução de 1930 em Goiás e por elas favorecidas.

Nesse período, “em Goiás, estado de economia e mentalidade agropastoris, onde reinavam os mandos dos Caiados, num Brasil em transformações, a única saída era o remédio oposicionista, se não era de cura, era, pelo menos, de alívio para os males do povo” (CHAUL, 1988). Nesse quadro, a construção de uma nova capital representou a tentativa principal de desenvolver o Estado.

A antiga capital estava entrando em decadência, um fator favorável para que Pedro Ludovico afirmasse que a cidade não se encontrava em condições de se manter como capital. Pesavam contra ela os seguintes argumentos: sua situação sobre terreno acidentado e de altos montes; o clima castigado por temperatura excessiva, em função da baixa latitude; problemas de abastecimento de água potável, rede de esgoto e péssimas habitações. Porém, Pedro Ludovico baseou a mudança da capital em dois argumentos principais: o problema da saúde pública; a diminuição de 20% da população no período, enquanto a população do Estado duplicava.

Em 1933, o local foi escolhido: “...que a nova capital seja construída em Campinas, nas proximidades da Serrinha, situada na direção azimutal de 130 graus, ou, em urgência, em Bonfim” (CHAUL, 1988). Para o autor, essa idéia de mudança não era apenas de Pedro Ludovico, era também um desejo de Vargas. Mais do que isso, era uma necessidade do capitalismo, mas que provocou simultaneamente amor e ódio nos goianos, causando alguns protestos de uma “mentalidade mais romântica do que realista”.

A escolha do local fora quase imediata, situando-se na parte mais povoada do centro geográfico do Estado, onde existiam terras férteis e planas, além de uma topografia apropriada para edificações. Escolhido o local da edificação da futura capital, o passo seguinte foi a obtenção das terras que margeavam a área escolhida. O território foi obtido através de doações, permutas e/ou vendido por fazendeiros e, mais tarde, doado à Prefeitura e repassado ao Estado. A construção da nova capital, mesmo contando com firme disposição dos governos estadual e federal, aconteceu demoradamente. Somente em 1933, lançou-se uma pedra fundamental no local escolhido.

A verba para a construção veio primeiramente de empréstimos feitos pelo Governo Federal, que tinha como interesse ter a nova capital como centro absorvedor de mercadorias das várias regiões do Estado, repassando-as e interligando-as economicamente às regiões urbano-industriais do país. Os primeiros empréstimos, totalizando cerca de 15 mil contos de réis, foram conseguidos no primeiro quinquênio dos anos de 1930. Em seguida, procedeu-se a vendagem de lotes, criando-se o Departamento de Propaganda e Venda de Terrenos para propagação e incentivo e formação do núcleo da nova Capital. Com o parcelamento de terras - obtidas por doação, compra e permuta - gerou-se explosão especulativa na área. Assim, em conjunto, as dívidas contraídas e as verbas advindas da negociação e terras serviram para financiamento de edifícios públicos da nova capital.

Segundo Palacin e Novaes (1994), o Estado de Goiás, na época da edificação de Goiânia, era essencialmente agrário, com uma população quase que totalmente rural, dedicada à agropecuária. Dessa forma, observa-se que a expansão capitalista foi cada vez mais ativa com a construção de Goiânia, demonstrando a transição em que o rural e o urbano foram se mesclando.

Depois de resolvida a parte de doações e de vendas dos locais escolhidos para erguer a nova Capital, os operários da construção civil de Goiânia passavam a exercer uma ação fundamental, no papel de agentes que viabilizaram a valorização da terra urbana pelo Estado e pelos proprietários, mas que não retornaria ao operário que erguera os prédios.

Em 1935, consumou-se a mudança de órgãos do governo para Goiânia. Segue-se, então, a construção dos primeiros prédios do governo. Primeiramente as construções do Palácio, Secretaria Geral e de um hotel. Depois o governo passou a se preocupar com as residências dos operários, as chamadas casas-tipo para funcionários.

Finalmente, em 1942, com o “batismo cultural”, a cidade foi oficialmente inaugurada e seu índice progressista dado por alguns como vertiginoso. Na virada da década de quarenta, testemunhos registraram que Goiânia construiu mais de cem prédios ou quase quatro prédios por dia. No caso, não seria um crescimento, e sim uma verdadeira explosão no contexto de um Estado ainda incipiente em sua urbanização. Estava se plantando, de fato, a semente para a Marcha para o Oeste, no sentido de dinamizar a demografia e a

economia de Goiás. A articulação com São Paulo foi vigorosa desde o princípio. A nova cidade recebia da economia paulista os materiais de construção, os gêneros alimentícios, os tecidos e as ferramentas para o trabalho. A crescente valorização das terras do município, por sua vez, atraiu investidores de outros centros, a ponto de o crescimento econômico de Goiânia ser bastante evidenciado pelo seu primeiro prefeito. Venerando de Freitas, o primeiro prefeito, registrou que, em 1938, existiam no município 24 mil cabeças de bovinos e, já no ano seguinte, essas cifras se elevavam a 56 mil cabeças, explicando o aumento pelo número de fazendeiros que se transferiram para o município (ESTEVAM, 1998).

Goiânia, ao representar uma nova possibilidade geográfica no interior do país, foi palco de elevada imigração desde seus primeiros anos de existência. O atrativo real para o surto imigratório foi a existência de largas faixas de terras férteis e matas – até então inexploradas – na área de abrangência da nova capital. Uma zona de rico potencial agrícola, conhecida como Mato Grosso de Goiás, começou a ser explorada em função da construção de Goiânia. A edificação da nova capital, desse modo, ao ensejar correntes imigratórias foi responsável pelo lançamento de germes de transformação nas estruturas tradicionais do Estado. Suas terras foram paulatinamente sendo conhecidas, tornando-se cativante opção para assentamento dos imigrantes rurais que passaram a se movimentar pelo campo brasileiro. A propaganda oficial dos anos 1930, ressaltando em nível nacional as possibilidades econômicas de Goiás, colaborou para que imigrantes de outros Estados, principalmente a partir de 1935, ocupassem as adjacências da nova capital e penetrassem nas florestas virgens da zona do Mato Grosso de Goiás.

Assim, a construção de Goiânia e a transferência da capital foram arrojadas apostas no desenvolvimento do Estado. Contudo, o processo demonstrou ser mais complexo e de mais lenta solução. No início da década de 1940, com efeito, Goiânia era uma cidade perfeitamente estabelecida, porém, o desenvolvimento do Estado ainda estava longe de ser satisfatório. Foi, na verdade, o começo de uma nova etapa, importante não tanto pelas realizações imediatas, mas pelos rumos que o marcaram. Esse começo iniciou mudanças na tradicional mentalidade do homem do campo e trouxe confiança no futuro econômico do Estado. Foi uma aposta no futuro. Tanto que acreditou-se que a nova capital seria

um pólo de desenvolvimento industrial, papel que não se consumara, apesar de ter sido demarcada, desde o início, extensa área para instalação de indústrias no município.

Alguns projetos federais, nas décadas de 1940 e 1950, provocaram novo surto imigratório para Goiás, promovendo grande assentamento de colonos no território. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo, tendo sido implantada em um terreno extremamente fértil – ainda inexplorado – na zona conhecida como Mato Grosso Goiano. Com a medida, a corrida migratória para o Estado avolumou-se substancialmente e a implantação da Cang foi responsável pelo assentamento de significativa parte dos imigrantes. Tanto que o geógrafo Faissol referiu-se à existência de “mais de 10 mil pessoas” na Cang em 1946 e, de fato, a população recenseada atingiu 29.522 habitantes em 1950, contingente relativamente significativo para menos de uma década de ocupação, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1: População Total e Participação Relativa da População Urbana e Rural da Aglomeração de Goiânia (1940)

Municípios	1940		
	Pop. Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Goiânia	48.166	31,2	68,8
Goianira	1.455	21,6	78,4
Nerópolis	4.758	23,4	76,6
Trindade	9.738	14,6	85,4
Total da Aglomeração	64.117	27,9	72,1

Fonte: IBGE - Centro Demográfico, 1940.

A população rural no início dos anos 1940 cresceu muito em função dos novos fazendeiros atraídos pela possibilidade de expandir a produção e fazer grandes negócios com terras que, mais cedo ou mais tarde, viriam a ser incorporadas pelo Estado. Também devido à Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG – movimento imigratório dos projetos governamentais que promoveram assentamento de colonos na região do planalto central brasileiro.

Os lotes de terra foram distribuídos gratuitamente na área da Cang, numa superfície de 106 mil hectares. A maioria deles media de 20 a 30 hectares cada, diferença baseada na fertilidade e localização de cada lote. Por se tratar de florestas virgens e densas – com variada fauna e flora – a maneira do cultivo e a preservação ambiental constavam no projeto original. A idéia era a utilização de rotação de culturas, evitando depredação das matas, passando de uma agricultura migratória para outra permanente. Todavia, em função da utilização de métodos tradicionais – como a queimada – a devastação foi intensa e as florestas foram eliminadas em poucos anos.

Ainda assim, a implantação da Cang foi parcialmente bem sucedida posto que o regime de pequena propriedade resistiu, mesmo que temporariamente, e parcela dos imigrantes permaneceu definitivamente na área. A experiência frustrada da colônia não decorreu de incapacidade administrativa do governo federal, tampouco da incapacidade do trabalhador pobre em levar adiante um projeto de colonização. Decorreu da falta de distribuição de créditos aos pequenos produtores, da grande distância dos centros consumidores e da forte dominação do capital mercantil em Goiás, impulsionado pela integração comercial com São Paulo através da ponta da estrada de ferro em Anápolis.

A implantação da Cang promoveu assentamento para milhares de pessoas, proporcionou considerável parcelamento de terras e relevante volume de produção agrícola alimentar em Goiás na metade do século passado.

Tabela 2: Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População da Aglomeração de Goiânia (1940-1950)

Municípios	1940		
	Total (%)	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Goiânia	1,0	10,30	-8,6
Goianira	-2,0	-0,80	-2,4
Nerópolis	1,9	5,10	0,7
Trindade	5,9	19,20	0,9
Total da Aglomeração	1,9	10,90	-5,1

Fonte: elaborado a partir dos dados do IBGE - Centro Demográfico (1940, 1950).

A população total do município, em 1940, segundo o Censo Demográfico do IBGE, era de 48.166 habitantes. Dessa, 31,2% ocupavam a área urbana; a população rural representava 68,8%, ou seja, 33.149 habitantes. A taxa de crescimento anual da população urbana, no período 1940-1950, já era elevada, registrando um índice de 10%, e iria persistir até os anos 60. A população urbana, de 15.017 habitantes, era constituída basicamente de pioneiros, como funcionários públicos transferidos da antiga capital, comerciantes que se estabeleceram desde o início e os que foram atraídos pela construção da nova capital.

No período de 1940 a 1950, houve significativas mudanças em relação à população rural e urbana, segundo dados do IBGE. Basta observar os dados sobre as populações urbanas, rurais da tabelas 3, para ver o dinamismo da região onde Goiânia foi construída.

Tabela 3: População da Aglomeração de Goiânia em 1950

Municípios	1950		
	Pop. Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Goiânia	53.389	74,70	25,3
Goianira	1.188	24,60	75,4
Nerópolis	5.739	31,80	68,2
Trindade	17.342	47,60	52,4
Total da Aglomeração	77.658	64,70	35,3

Fonte: IBGE - Centro Demográfico (1950).

Conforme a tabela acima, o Censo já registrava uma população total de 53.389 habitantes, sendo que 74% já eram da população urbana e 25%, rural. Observa-se que o crescimento da população urbana foi intenso em toda a aglomeração, saltando de uma taxa de menos de 30%, nos anos 40, para mais de 60%, nos anos 50, ocorrendo não só na capital, mas também nos municípios vizinhos.

Segundo Moysés (2004), nos anos 1950 os atores hegemônicos são os proprietários de terras e as imobiliárias, que parcelavam

suas glebas de terras e vendiam sem infra-estrutura, mas tomavam o cuidado de fazer reservas estratégicas de lotes, que foram adquiridos posteriormente por migrantes vindos de várias regiões do país.

Somente a partir do final dos anos 1950, o planejamento urbano volta a ter viabilidade técnica, e os governos estadual e municipal demonstraram ter interesse na sua adoção, mas não possuíam força política para enfrentar a “força do capital imobiliário”, que agia à solta com o objetivo de maximizar seus ganhos num curto espaço de tempo, não respeitando os limites urbanos que separavam a área rural que deveria ser preservada da área urbana. Dessa forma, a expansão urbana foi sistematicamente alterada.

Na cidade de Goiânia, no período de 1951 a 1960, ocorreu uma mudança significativa na sua gestão, governada por Pedro Ludovico Teixeira, dessa vez eleito por processo indireto, que permitiu que o setor imobiliário intervisse no parcelamento da cidade de acordo com as leis de mercado, demonstrando a fragilidade política e técnica do planejamento da cidade.

De acordo com Moysés (2004), a imigração estava ocorrendo sem controle e a nova capital necessitava de instrumentos de controle, já que naquele momento estava sendo submetida a um processo crescente de expansão em sua malha urbana. Esses imigrantes, que saíam de suas terras em busca de melhores condições de vida, o que provocou um grande afluxo populacional, causaram uma perda de controle estatal sobre a expansão urbana da cidade para a iniciativa privada e fragilidade do planejamento diante dos proprietários de terra – imobiliárias, incorporadoras ou construtoras. Basta verificar o crescimento da população, de 1950, que salta de aproximadamente 50 mil para 150 mil habitantes em 1960. Na tabela 1.4 pode-se observar tal crescimento.

Nesse período, o movimento de urbanização estava concentrado na capital. Os municípios vizinhos ainda não atraíam a população migrante em quantidade expressiva, porque Goiânia dispunha de espaços suficientes para abrigar a onda migratória que para ela se dirigia.

Na década de 1950, a massa de migrantes recém-chegados veio para Goiânia atraída pela consolidação da nova capital do Estado de Goiás. Vieram não só de outros pontos do país, como do próprio Estado e de toda a região centro-oeste. Do ponto de vista sócio pro-

fissional, são comerciantes, operários para a nascente indústria da construção civil, ex-pequenos proprietários e grandes fazendeiros, assim como profissionais liberais diversos.

Tabela 4: População da Aglomeração de Goiânia em 1950 e 1960

Municípios	1950			1960		
	Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)	Total	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
Goiânia	53.389	74,7	25,3	153.505	86,9	13,1
Goianira	1.188	24,6	75,4	5.060	13,2	86,8
Nerópolis	5.739	31,8	68,2	6.596	45,0	55,0
Trindade	17.342	47,6	52,4	17.135	40,9	59,1
Total da Aglomeração	77.658	64,7	35,3	185.224	78,3	21,7

Fonte: IBGE - Centro Demográfico (1950, 1960).

Portanto, os anos 1940 e 1950 foram caracterizados por movimentos que, interligados, contribuíram e marcaram o Estado de Goiás, tanto do lado econômico quanto na formação urbana da cidade: o movimento interior – campo-cidade; a implantação da Cang, que foi responsável pelo assentamento de significativa parte dos imigrantes; a valorização do imóvel, tendo em vista a maximização do setor imobiliário, tanto no comércio de lotes, quanto na construção civil; avanço da exploração da agricultura ainda tradicional no Centro – Oeste em geral e, por último, a construção de Brasília.

A SEGUNDA MARCHA PARA O OESTE

Depois da construção de Goiânia e da CANG, a partir de meados dos anos 1950, um novo fenômeno de imigração aconteceu em Goiás. Em função da construção de Brasília, houve rápido crescimento da população urbana e a progressiva redução do contingente rural no Estado. Esse fenômeno também esteve condicionado pelos investimentos governamentais que atraíram maciça imigração, tanto para Brasília como para região do entorno. A primeira etapa da construção da Capital Federal teve início em 1956. Em abril de 1960, deu-se a inauguração oficial da cidade.

Na verdade, desde a época da Independência do Brasil, a Assembléia Constituinte propusera a transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior do país. Muitos políticos, jornalistas e intelectuais da época defenderam essa mudança. Uma capital no interior do país garantiria a ocupação de terras quase despovoadas e abriria novas frentes de progresso. A idéia foi incorporada pela Constituição Republicana de 1891. No ano seguinte, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo geógrafo belga Luís Cruls, demarcou um lugar para o novo Distrito Federal. A área, conhecida como Retângulo Cruls, foi o local escolhido para sediar a nova capital.

De acordo com Chaul (1988), essa idéia foi notificada em um comício na pequena cidade de Jataí (GO). O candidato à presidência da república, Juscelino Kubitschek, respondendo à pergunta de um eleitor, fez a promessa de que, se eleito, iria transferir a capital para o Planalto Central. A Comissão de Localização da Nova Capital Federal escolheu o local definitivo onde seria construída Brasília – o Sítio Castanho. O Sítio Castanho era um dos 5 sítios de 1.000 km² indicados pela firma americana Donald J. Belcher como sendo os mais adequados para construção da nova capital (CHAUL, 1988).

Em 1956, Juscelino encaminhou ao Congresso a Mensagem de Anápolis, propondo, entre outras medidas, a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (a futura NOVACAP) e o nome de Brasília para a nova cidade. O Congresso aprovou por unanimidade o projeto de Brasília. Juscelino tinha como slogan “fazer cinquenta anos em cinco” e procurou o arquiteto Oscar Niemeyer, oferecendo-lhe a missão. O arquiteto aceitou o desafio sob certas condições: a principal delas foi a realização de um concurso nacional, com um júri internacional, que definisse um Plano Piloto para a Nova Capital. Iniciaram-se as obras de construção da residência presidencial provisória, o futuro Catetinho, que foi concluído em 1956. Brasília foi construída em 41 meses, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, com o trabalho de 30 mil operários. Com projeto urbanístico de Lúcio Costa e arquitetônico de Oscar Niemeyer, a nova capital foi inaugurada em 21 de abril de 1960, data escolhida em homenagem a Tiradentes. No ano de fundação, a cidade já contava com 150 mil habitantes, entre funcionários públicos, instalados no Plano Piloto (parte central), e candangos, operários migrantes que trabalharam na construção da capital, moradores das cidades-satélites.

A população aumentou rapidamente, à medida que a estrutura político-burocrática se instalou em Brasília. Por causa da necessidade estratégica de rápida ocupação da região, a elite do serviço público viu-se atraída por salários superiores aos da média brasileira. Ao mesmo tempo, dezenas de milhares de migrantes passam a residir em cidades-satélites. Em 30 anos, o Distrito Federal alcança 1,7 milhão de habitantes, uma das mais altas taxas de crescimento demográfico do país. Em 1988, com a nova Constituição, o Distrito ganhou plena autonomia e passou a eleger diretamente Governador e Deputados próprios.

Em 1961, criaram-se as primeiras subprefeituras em Planaltina, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Paranoá, Brazlândia e Núcleo Bandeirante. Em 1964, as subprefeituras foram substituídas por regiões administrativas. Em 1989, são incluídas quatro novas regiões administrativas (Ceilândia, Guará, Cruzeiro e Samambaia); em 1993, mais quatro (Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo) e, em 1994, as três últimas (Lago Sul, Lago Norte e Candangolândia).

Em 1970, o novo Distrito Federal despontou como décimo lugar das maiores concentrações humanas no país. Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, Belo Horizonte e Porto Alegre mantiveram-se crescendo, com apenas variações. Sob o influxo de Brasília e do desenvolvimento local na década de 1970, Goiânia quase chegou aos quatrocentos mil habitantes (LOPES, 1996).

Segundo levantamento sobre o lugar de nascimento dos habitantes do Distrito Federal, em torno de 4% haviam nascido no local; a maioria era natural de Goiás (17%) e Minas Gerais (17%), Ceará (10%), Bahia (10%), Paraíba (6,5%) e Pernambuco (6%), num total de 64% dos habitantes e no estado de Guanabara (5%), São Paulo (5%); e os nascidos no nordeste, representavam aproximadamente 42% do total, tendo como papel importante o fator econômico e político da imigração para cada uma das regiões do país (LOPES, 1996).

Primeiramente o Distrito Federal foi povoado pelos construtores de Brasília. Depois, pelos servidores públicos e outros membros da estrutura governamental transferida. Em pouco tempo, ambos os grupos suplantaram a população original. O censo diagnosticou que 53% dos habitantes que estavam no Distrito Federal há menos de 1 ano, tinham chegado poucos meses antes da trans-

ferência da Capital. Em algumas dezenas de dias anteriormente à inauguração, migraram para a nova cidade 134.242 pessoas (LOPES, 1996).

Tabela 5: População Residente Urbana em Goiás e Distrito Federal (1940 - 2000)

Local	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Goiás	142.110	245.667	575.325	1.237.108	2.401.491	3.247.676	4.396.645
D. Federal			88.334	516.082	1.139.031	1.515.889	1.961.499

Fonte: IBGE - Centro Demográfico.

Observa-se que o crescimento urbano do Distrito Federal foi e persiste relevante até o ultimo censo do IBGE em 2000.

Tabela 6: Taxa Média Anual de Crescimento Urbano em Goiás e Distrito Federal (1940 - 2000)

Local	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
Goiás	5,6	8,9	8,0	6,9	2,8	3,4
D. Federal			19,3	8,2	2,6	2,9

Fonte: IBGE - Centro Demográfico.

Assim, é possível verificar que, mediante a chamada segunda Marcha para o Oeste, na construção de Brasília, houve um rápido crescimento da população urbana e diminuição da população rural. A mudança da nova capital foi defendida por muitos políticos, intelectuais e jornalistas, tendo como visão futura o progresso do país. Essa mudança foi prometida por Juscelino em um de seus discursos e inaugurada em 1960, passando por vários processos, e atraindo imigrantes principalmente do nordeste, Goiás e Minas Gerais.

Observando a tabela 7, nota-se que houve um crescimento populacional acelerado. Como, por exemplo, a construção de Goiânia foi projetada para abrigar 50 mil habitantes nos anos 1950.

No entanto, chegou a 150 mil habitantes, acrescentando ainda núcleos urbanos em seu entorno, que atualmente chega a aproximadamente 2 milhões de habitantes. Com Brasília, também não foi diferente, sua população cresceu muito alterando seu plano original, criando cidades satélites além das previstas que foram construídas para abrigar os imigrantes, chegando hoje num total aproximado de 3 milhões de habitantes. Essas duas cidades tiveram um papel importante no crescimento total da população residente em Goiás e no Distrito Federal, cumprindo um papel fundamental no processo de acumulação, devido sua condição de aglomeração e é também “maternidade da economia de mercado”, com suas funções mercantis, da produção industrial capitalista.

Mediante a tabela 8 é possível verificar que a população rural vem decrescendo, a partir de 1980, a taxas elevadas, devido um processo de deslocamento da população rural para as cidades na busca de melhorias sociais que incrementaram e incrementam o fluxo migratório para a região e devido à modernização agrícola do Estado que provocou o êxodo rural.

Tabela 7: População Total Residente em Goiás e Distrito Federal (1940 - 2000)

Local	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Goiás	826.414	1.214.921	1.913.289	2.938.677	3.859.602	4.018.903	5.003.228
D. Federal			140.164	537.492	1.176.935	1.601.094	2.051.146

Fonte: IBGE - Centro Demográfico.

Tabela 8: População Residente Rural em Goiás e Distrito Federal (1940-2000)

Local	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Goiás	684.304	969.254	1.337.964	1.701.569	1.458.111	771.227	606.583
D. Federal			51.830	21.410	37.904	85.205	89.647

Fonte: IBGE - Centro Demográfico.

638 Foi elaborado o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, em decorrência de preocupações com

o “desenvolvimento equilibrado” na abrangência da capital federal, equacionado da urbanização de Brasília, no interesse de dinamizar as zonas circunvizinhas notadamente na parte centro-sul de Goiás. O objetivo era minimizar os fluxos migratórios através da abertura de novos empregos, fortalecimento de núcleos urbanos adjacentes, preservação do caráter político-administrativo da capital e estímulos à atividades produtivas, industriais e agropecuárias (ESTEVAM, 1998).

Assim, foram definidas cinco zonas para investimentos: o Eixo Ceres-Anápolis, Área de Influência da BRs 040 e 050. Vale do Paraná, áreas de Mineração e os Chapadões de Paracatu. Nessas zonas, com a influência de Brasília, passou a acarretar investimentos governamentais para área vizinha da capital federal pertencente ao estado de Goiás, no tocante ao saneamento, melhoria urbana, transporte, energia, desenvolvimento industrial e rural.

Com a implantação do Distrito Federal e, a partir de 1989, com a divisão territorial de Goiás em diferentes unidades federativas; e com o desmembramento a evolução da população de Goiás, Distrito Federal e Tocantins mostrou que a densidade demográfica do Estado em 1991 ficou localizada no centro-sul da região. Essa concentração urbana em Goiás esteve mais relevante em quatro espaços geográficos: no entorno do Distrito Federal (Luziânia e Formosa), na zona do Mato Grosso Goiano (Goiânia e Anápolis), na área sudoeste (Rio Verde, Itumbiara e Jataí) e na região sudeste (Catalão e Ouidor) (ESTEVAM, 1998).

Assim, a cidade segundo Moysés (2004), é produto do processo industrial, e o processo industrial é produto tanto da cidade quanto das atividades públicas, que têm grande importância, não só econômica, mas também social e cultural. Com a construção de Goiânia e a implantação do Distrito Federal, tendo Brasília como a nova capital do Brasil, proporcionou um desmembramento e evolução da população de Goiás, estando mais relevante sua concentração urbana no entorno de Distrito Federal e na Região Metropolitana de Goiânia.

REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

O território de Goiânia está dividido em 3 macrozoneamentos, segundo dados da Secretaria de Planejamento Municipal/Divisão

de Cadastro de Bairros e Logradouros - SEPLAM/DVCL. A primeira, Zona Urbana (ZU), que representa 14,0 por cento do território e abriga 47,8 por cento da população total; Zona de Expansão Urbana (ZEU), com 38,0 por cento do espaço e 50 por cento de habitantes; e por último a Zona Rural (ZR), com 48 por cento do território e apenas 0,7 por cento da população total do município (MOYSÉS, 2005).

A formação do espaço Metropolitano de Goiânia é fruto de um processo de ocupação da região centro-oeste, que é constituída pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (Brasília). Esse povoamento aconteceu de forma crescente, como foi visto, em 1935 com a construção de Goiânia, e em 1956 com a Nova Capital do Brasil e principalmente em 1970, com a forte presença da agroindústria e com grandes criadores de gado e de soja. Também em função da ótica do setor imobiliário, que obrigou os empresários do ramo, a promoverem parcelamento de terras dos municípios vizinhos com preços e prazos acessíveis, assim o fluxo imigratório para o entorno de Goiânia cresceu de forma assustadora, proporcionando uma taxa de crescimento acima do esperado a qual deveria ser minimizada pelo governo em sua gestão.

Em 1980 foi criado o Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG), composto inicialmente por 10 municípios, onde nem todos mantinham relação de fronteira com o Estado, são eles: Aglomerado Urbano de Goiânia – AGLUG, que era constituído por 10 municípios: Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Leopoldo de Bulhões, Nerópolis e Trindade. Em 1983 foi inserida Hidrolândia e por último, em 1998 ocorreu mais uma alteração antes da criação da RMG, acrescentando mais municípios, chegando num total de 16 municípios: Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Nerópolis e Trindade, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturai, Inhumas, Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo.

O espaço da Região Metropolitana de Goiânia - RMG foi constituído no final de 1999, o qual possui 3.980 Km², com densidade demográfica de 410 hab./ Km², aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás e autorizou o governo do Estado a criar o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana

de Goiânia, a Secretaria Executiva e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia. Tendo um papel não só econômico como também abrigam a problemática da população integrada e não integrada ao processo de crescimento. Essa RMG foi constituída por 11 municípios da “Grande Goiânia”: Aparecida de Goiânia, Abadia de Goiás, Aragoiânia, Hidrolândia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Nerópolis, Trindade, Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo. Esses municípios são na maioria predominantemente urbanos, com cerca de 1,7 milhões de pessoas, correspondendo a 15 por cento da população do centro-oeste e 34 por cento da população do Estado de Goiás (MOYSÉS, 2005). Na tabela abaixo observa-se o grande crescimento da população na década de 1990 a 2000.

Tabela 9: População Total da Região Metropolitana de Goiânia por Município de 1991, 1996 2000

Municípios	1991	1996	2000
Abadia de Goiás	2.860	3.343	4.971
Aparecida de Goiânia	178.483	265.868	335.392
Aragoiânia	4.910	5.713	6.424
Goianápolis	10.716	10.191	10.671
Goiânia	922.222	1.001.756	1.093.007
Goianira	12.896	15.194	18.719
Hidrolândia	10.254	11.199	13.086
Nerópolis	12.987	15.241	18.578
Santo Antônio de Goiás	1.988	2.437	3.106
Senador Canedo	23.905	44.266	53.105
Trindade	54.072	68.558	81.457
Total	1.235.293	1.443.766	1638516

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico e Contagem Populacional (1991, 1996, 2000).

Assim a população metropolitana vem crescendo a taxas superiores às do município de Goiânia, tendo como taxa média anual de 3,2 por cento segundo Censo de 1991. Esse crescimento acontece em “função do poder de atração que a capital do Estado exerce, devido às ofertas de serviços e possibilidade de trabalho,

tanto no setor formal quanto no setor informal da economia” (MOYSÉS, 2005).

Concluindo, o presente artigo abordou que a ocupação demográfica de Goiás aconteceu em função do surto da mineração do ouro, com a vinda de escravos e imigrantes livres. Depois, devido a estrada de ferro e fundação de Goiânia, novo movimento de imigração ocorreu para o território. Mais tarde, nos anos 1940 – 1950 a implantação da CANG contribuiu para o assentamento de novos imigrantes. Com a implantação do Distrito Federal, ocorreu rápido crescimento da população urbana e diminuição da população rural. Significa que ainda persiste uma forte Marcha para o Oeste.

Referências

- BERTRAN, P. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.
- BERTRAN, P. *História da terra e do homem no planalto central: eco-histórica do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.
- CHAUL, N. N. F. *A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia*: Ed. da UFG, 1988.
- CHAUL, Nasr N. Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- ESTEVAM, L. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia. Ed.do Autor, 1998.
- FIBGE. Censo Demográfico e Contagem Populacional, 2000.
- IBGE. Centro Demográfico
- LOPES, L. C. Brasília – o enigma da esfinge – a construção e os bastidores do poder. Porto Alegre; São Leopoldo. Ed. da UFRG, 1996.
- MOYSÉS, A. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.
- MOYSÉS, A. *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Ed. da UCG, 2005
- PALACIN, L.; MORAES, M. A. S. *História de Goiás*. 6. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.
- PALACIN, L.; GARCIA, L. F. *História de Goiás em documentos*: I. Colônia. Goiânia.

Abstract: the text deals with the occupation of the territory of Goiás in diverse historical phases. It approaches the mining in séc. XVIII, the first occupants and the facts that had contributed for the demographic occupation of the goiano space. In according to place, it makes one revisits to the great movement of known immigration as Marcha for the West. In the context, the construction of Goiânia and the national agricultural settling in the half-north of the state had happened. However, with the construction of Brasília, I occasion it immigratory became still more strong of that the call March for the West, occured in the half of the last century. The Entorno of the Federal District and the Region Metropolitan of Goiânia had all become points of attraction for immigrants of country, characterizing one supervened of the old March for the West.

Key words: immigration, marches for the west, urbanization